

REFLEXÕES SOBRE A IDEOLOGIA ENQUANTO UMA QUESTÃO POLÍTICA: O CASO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO

Nair Heloisa Bicalho de Sousa*

O desafio da reflexão sobre a ideologia, tendo em vista sua referência ao campo político, se desencadeia num caminho sinuoso, onde se mesclam as diversas concepções de ideologia e suas implicações ao nível da questão política. WILLIAMS (1970: 60), com uma preocupação de síntese, sugere três modalidades: a) sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; b) sistema de crenças ilusórias que podem ser contrastadas com um conhecimento científico; c) processo geral da produção de significados e idéias.

Na origem do conceito, vinculada aos ideólogos do *Institut de France*, a terceira colocação teve sua interpretação preliminar. Baseada no *sensismo*, corrente do materialismo francês do século XVIII, defendida por CONDILLAC, afirmava que não há idéias que existem realmente, pois seriam inatas em nós, assim como não admitia uma atividade autônoma do entendimento. A "ciência das idéias", ou investigação sobre a origem das idéias deveria decompor-las em seus elementos originais, ou seja, as sensações. Destutt de Tracy (*Elements d'ideologie*, 1817), servindo-se de Locke e da tradição empirista, considera a "ciência das idéias" como uma ciência natural, uma vez que as idéias se originam da experiência humana sobre o mundo. No prefácio desta obra afirma: "Temos apenas um conhecimento incompleto do animal, se

não conhecermos suas faculdades intelectuais. A ideologia é parte da Zoologia, sendo especialmente no homem que essa parte é importante e merece ser conhecida com maior profundidade".

Um exemplo recente de preocupação com a ideologia como processo geral de produção de significados e idéias está em VOLOSINOV, compreendendo o "ideológico" enquanto descrição do processo de produção do significado através de signos e "ideologia" como dimensão da experiência social, onde se produzem valores e significados. Para ele, os vínculos que se estabelecem entre idéias, teorias e a produção da vida real tornam-se parte do processo social material da própria significação (VOLOSINOV, 1973: *passim*).

De fato, não é esta concepção de ideologia que se apresenta problemática no campo político. As duas anteriores ("a" e "b") são as que parecem conter as questões decisivas a serem discutidas neste trabalho. Tendo como ponto de chegada a *compreensão da ideologia formulada pelos trabalhadores da construção civil acerca de suas relações de trabalho*, trata-se, então, de buscar um caminho que permita encontrar o significado desta formulação ideológica, ao nível econômico, social e político. Ou seja, buscar-se-á compreender a articulação do discurso operário com uma estrutura produtiva deter-

* Socióloga e doutoranda do Programa de Sociologia da USP.

minada e uma conjuntura particular.

As questões básicas a serem tratadas prendem-se a alguns aspectos escolhidos para a discussão: qual a concepção de ideologia que se coloca adequada ao objetivo deste estudo? Qual o seu papel? A quem se dirige? Pode-se falar em ideologias de classes? Qual seu efeito junto à sociedade como um todo?

Seria difícil encontrar algumas respostas sem partir de MARX. Aliás, é nele que se origina toda a polêmica em torno da questão, assim como se delineiam as grandes coordenadas da temática aqui discutida. Em passagem conhecida de **A Ideologia Alemã** (1974: 25-26), afirma:

"A produção das idéias e representações da consciência aparece ao princípio diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, os pensamentos, o comércio espiritual dos homens se apresentam, entretanto, como emanção direta de seu comportamento material. E o mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como se manifesta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e atuantes tal e como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência não pode ser nunca

outra coisa que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real. E, se em toda ideologia os homens e suas relações aparecem invertidos como em uma câmara escura, este fenômeno responde a seu processo histórico de vida, como a inversão dos objetos ao projetar-se sobre a retina responde a seu processo de vida diretamente físico".

Nesta visão marxista de ideologia seus elementos constituintes incorporam a idéia de *inversão*, tarefa própria de deformação do real, que lhe caberia devido a sua natureza projetiva (ao inverso) das ocorrências da realidade. Estamos, pois, diante de uma questão problemática: teria a ideologia um papel dissimulador? Isto faz parte de sua própria natureza?

Dando uma resposta ao nível de uma *teoria geral da ideologia*, ALTHUSSER (1967 e 1969, *passim*) elabora algumas teses que podem servir para clarificar esta discussão. Em primeiro lugar, a ideologia é apresentada como uma *relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*. Esta proposição contém uma relação real dos homens vivenciada no processo de produção, investida de uma relação imaginária (vontade, esperança, etc.), baseada em sentimentos e emoções que configuram uma determinada estrutura psíquica presente nos agentes sociais. Ocorre aí a construção de um discurso no plano imaginário que se apresenta com certa coerência em relação ao vivido (CERQUEIRA; 1979: 12).

Por outro lado, a ideologia é colocada como *representação deformadora da realidade* resultante da opacidade da estrutura social da qual faz parte a própria ideologia. Mas seriam todas as estruturas sociais opacas de modo que justifiquem a função, necessariamente, deformadora da ideologia?

Na "Polêmica sobre o Marxismo e o Humanismo" (1968, *passim*), ALTHUSSER destaca uma tarefa ideológica fundamental: *assegurar a coesão dos membros da sociedade*. Mantendo os indivíduos ligados entre si e às funções definidas pela estrutura social, a ideologia garante o funcionamento da sociedade de classes. O fato de assegurar, desse modo, uma subordinação dos explorados aos exploradores coloca-a a *serviço da classe dominante*. É neste ponto que caberia perguntar se ALTHUSSER admite a existência de ideologias diferenciadas, ou seja, uma ideologia da classe dominante e outra das classes dominadas.

Na verdade, os textos mencionados não induzem referências a esta diferenciação. ALTHUSSER preocupa-se com a *ideologia em geral* e omite qualquer colocação acerca de ideologias específicas. Somente mais tarde, num texto denominado "Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica" (in, VÁZQUEZ; 1980), vem a admitir uma divisão ideológica expressa da seguinte forma:

"Não devemos perder de vista que, no caso do modo de produção capitalista, essas ideologias pequeno-burguesa e proletária são ideologias subordi-

nadas e que nelas são sempre, apesar do protesto dos explorados, as idéias da classe dominante (ou ideologia burguesa) as que prevalecem".

Conforme o texto indica, a presença hegemônica da ideologia dominante torna a ideologia dominada sua prisioneira, uma vez que as representações elaboradas pelas classes oprimidas estão restritas ao marco de referência da primeira. Daí a necessidade de ALTHUSSER considerar a *ciência* como instrumento de libertação da classe trabalhadora, uma vez que permite a importação de uma teoria científica para dentro do movimento operário. A ideologia formulada através dos movimentos espontâneos não perde seu caráter deformador e falso, sendo necessária a ajuda da ciência na formação de um campo ideológico próprio aos trabalhadores.

VÁZQUEZ (1980: *passim*) ao formular uma *crítica à teoria althusseriana da ideologia* coloca em evidência alguns aspectos centrais: a capacidade de a ideologia dominada representar adequadamente a estrutura social ao invés de deformá-la; de ser fator de divisão ou antagonismo, ao invés de proporcionar a coesão social e a ênfase dada ao trabalho dos intelectuais e dos partidos (ciência), ao invés da prática da própria classe trabalhadora.

A partir do levantamento destes pontos, é possível pensar que ALTHUSSER admite classes dominadas, porém, sem ideologia própria, pois a saída é encontrada através da ciência, ou seja, fora da ideologia. Para ele, há ainda a considerar que a

prática e a luta econômica travadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista ocorrem dentro do campo ideológico dominante, daí não ser possível haver consciência de classe por parte dos trabalhadores (consciência da exploração e de seus interesses de classe).

A crítica de VÁZQUEZ destaca o caráter histórico da situação de classe operária, fato este que inclui a percepção de uma *diferença e oposição* entre seus interesses e os da classe dominante. A luta desencadeada ao nível econômico (melhoria das condições de trabalho e da venda da força de trabalho) evolui para um questionamento do próprio sistema capitalista, assumindo um caráter político. Esta luta contra a exploração decorre de um processo de tomada de consciência crítica, permitindo a formulação de uma ideologia própria dos trabalhadores, a qual, apesar de não estar necessariamente trabalhada por uma teoria marxista, corresponde a uma *nova prática política* de confronto entre os trabalhadores e a estrutura social capitalista. É nesta luta que se origina e se desenvolve a *consciência de classe*. A introdução de uma teoria científica eleva esta consciência e fortalece a proposta transformadora do sistema capitalista. Tal teoria não surge do movimento espontâneo, pois necessita de um trabalho específico e autônomo, porém tem a função de potenciar a consciência de classe dos trabalhadores surgida na própria luta de classes.

Para ALTHUSSER, a questão permanece como oposição entre a ideologia (das massas trabalhadoras) e a ciência (produzida por intelectuais

e partidos políticos). Isto resulta na subordinação de uma ideologia particular (proletária) à ciência e sua separação da prática. Sendo esta última espontânea e subordinada à ideologia burguesa, resta-lhe uma superação apenas através da teoria científica do socialismo produzida sem vínculos com a pátria. Esta postura revela o desconhecimento da passagem qualitativa do nível econômico ao político e as transformações decorrentes no plano ideológico.

Voltamos aqui a um ponto central: ao separar ciência e ideologia nos moldes althusserianos, arrisca-se a se realizar uma separação entre a práxis e o pensamento. Neste sentido, as classes sociais cuja realidade decorre da prática estariam desvinculadas do ideário que reflete de forma correta ou não esta mesma prática. Cumpre lembrar que o processo de produção das representações é uma dimensão da práxis social, tal como as ações realizadas pelos próprios agentes sociais. Assim, o processo de constituição das classes sociais ocorre através da práxis social, da qual as representações constituem um momento real e imaginário (CHAUÍ; 1978 a, *passim*).

MARX (1974, *passim*) já assinalava a moral, a religião, a metafísica, como ideologias que se prendem à dinâmica histórica da vida real dos homens. Desse modo, os produtores das representações, das idéias, são homens concretos (classes sociais) vinculados a um processo determinado de desenvolvimento das forças produtivas.

Em GRAMSCI (1974, *passim*) o campo ideológico se define em três níveis: a *filosofia*, representando a

vida intelectual e moral de uma determinada classe social do ponto de vista histórico; o *sensu comum*, cujo "aspecto fundamental e mais característico é ser uma concepção desagregada, incoerente, inconseqüente, em conformidade com a posição social e cultural das multidões de quem é filosofia"; e o *folclore*, visto num sentido fixo, esclerosado e sedimentado, apresentando-se como o mais heterogêneo dos fatos culturais. Sua preocupação está voltada para a historicidade da articulação entre os três níveis, ou seja, a capacidade de dar respostas aos problemas concretos colocados pela realidade. É neste sentido que define a *ideologia* como uma *concepção de mundo* que se manifesta de forma implícita nas diversas esferas da vida individual e coletiva (arte, direito, economia, etc.). É ao nível de tal concepção de mundo que se torna possível aos agentes sociais partilhar de um mesmo modo de pensar e agir de um determinado grupo.

Porém, GRAMSCI (1974: 102-103) procura esclarecer as atribuições dadas à ideologia como "superestrutura necessária a uma determinada estrutura" e "elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos". Recorre ao processo que levou a tais formulações, lembrando a afirmação de que são as estruturas que modificam as ideologias e não o contrário; a consideração de certas soluções políticas como "ideológicas", no sentido de insuficientes para modificar a estrutura e a afirmação da ideologia como aparência, inútil etc. Sua conclusão final distingue entre *ideologias historicamente orgânicas*, necessárias a uma determinada estrutura, pois organizam as

massas e definem o terreno onde os agentes sociais tomam consciência de sua posição e lutam, e *ideologias arbitrárias*, que não criam nada além de polêmicas e "movimentos" individuais. Esta análise assume um caráter decisivo através da concepção de bloco histórico, onde as forças materiais definem seu conteúdo e as ideologias sua forma.

Como se pôde ver, GRAMSCI utiliza o termo ideologias (no plural), admitindo desse modo a presença da *hegemonia*, como um processo de busca de legitimação da classe dominante, tanto em relação à sua articulação da economia e da sociedade como de sua visão de mundo (CERQUEIRA; 1979:18) e da *ideologia das classes subalternas* como um processo de "elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens (...). A estrutura, qual força exterior que esmaga o homem, assimila-o a si, torna-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas" (GRAMSCI; 1974:89). Este processo de formação da ideologia das classes subalternas (consciência de classe) desenvolve-se de acordo com determinadas condições objetivas (grau de desenvolvimento da estrutura econômica) e subjetivas (maturidade ideológica destas classes quanto à compreensão das possibilidades estruturais). Também não possui um caráter linear ou contínuo, pois enfrenta o controle político e social da classe dominante que, através da *coerção* e do *consenso*, procura obter a aceitação das classes dominadas e impedir sua emancipação. Para manter sua dominação, torna-se ne-

cessário "conservar a unidade ideológica em todo o bloco social, que é cimentado e unificado por esta determinada ideologia" (1974:32).

Isto coloca claramente uma questão: como se realiza esta coesão social e que instrumento permite alcançá-la com certo sucesso?

A resposta dada por CHAUI (1978 b: 20-21) é bastante esclarecedora. Preocupada em apresentar o *discurso ideológico* da classe dominante enquanto uma lógica de ocultação do real, mostra como este realiza a lógica do poder, encobrendo as contradições, as diferenças e as divisões existentes entre as instituições sociais. Surge daí um poder unitário sobre a totalidade do social, assumindo uma aura de universalidade impossível de ser mantida caso se admita a divisão da sociedade em classes. Este ocultamento realizado ao nível do imaginário garante a sua universalidade através da aparência de unidade, identidade e homogeneidade do social. Esta construção imaginária composta de representações empíricas e imediatas formula, então, um *corpo de representações* coerentes para explicar o real e oferece um *corpo de normas*, também coerentes, para orientar a prática. Este imaginário ideológico expresso no discurso da classe dominante cumpre dois papéis: oferecer aos agentes sociais uma imagem indivisa entre o poder e a sociedade e formular para a classe dirigente uma imagem de si e do social capaz de transformar o poder em representante homogêneo e eficaz da sociedade como um todo (CHAUI, 1978 a: 122).

A colocação de CHAUI revela aspectos fundamentais do discurso ideológico. Enquanto instrumento de fixação da origem e do sentido dos fatos através de signos constantes e fixos, capazes de neutralizar as contradições, submete a sociedade e a história a um *corpus* de representações e normas que explicam e fazem previsões, guardando a identidade entre saber e ação. Daí sua função de apresentar as representações e normas como a própria realidade.

Usando como exemplo o *discurso integralista*, CHAUI (1978 a: 116-117) indica aspectos fundamentais:

"Apontando os erros do liberalismo e os perigos do comunismo, redefinindo representações e valores tacitamente admitidos pela classe média, mas norteando estas representações e valores para um novo rumo onde se acredita que irão efetivar-se, o discurso integralista não é uma ideologia autoritária cuja fraseologia por vezes europeia e achegada a promessas fascistas do Velho Mundo não corresponderia a aspirações sociais e políticas dos setores reacionários da classe média desse período (...). O nacionalismo e o estatismo são representações, fantasmas que exprimem uma situação real tal como é apreendida imediatamente pelos dirigentes e militantes: não são reflexos nem são mentiras, não são cópias nem simulacros, mas pilares para a elaboração de uma his-

tória imaginária que justifique a política integralista e permita seu reconhecimento pela classe a que se dirige. Nessa medida, torna-se de menor importância saber se houve importação dos fascismos europeus, pois o que interessa compreender é que importando ou não idéias que não poderiam espelhar a situação brasileira, as formulações integralistas exprimiram na forma de construção pura a verdade do nacionalismo como política autoritária, mesmo quando os militantes aderiam à AIB pelo medo ao comunismo ou pelo anti-liberalismo, na esperança de ver realizados ideais que, de uma outra maneira, permaneceriam como simples desiderata".

Este imaginário integralista configura um exemplo claro das formulações feitas por uma determinada fração da classe dominante num dado período histórico, capaz de atingir um setor social específico (classe média urbana), apresentando um caráter unitário e universalizante através das representações e normas cristalizadas no seu discurso político. Outros exemplos históricos podem ser citados, como o *trabalhismo*, com forte influência junto à classe trabalhadora durante a democracia populista (1945-1964); o *desenvolvimentismo*, plataforma de sustentação da internacionalização da economia brasileira no governo KUBITSCHER (1956-1961) e a *ideologia da segurança nacional* implantada após o golpe militar de 1964 com a finalidade de submeter a classe trabalhadora aos interesses da acumulação capita-

lista. O estudo de cada caso particular retrataria, sem dúvida, os vínculos entre uma determinada ideologia e o esquema de dominação que se propõe a sustentar.

Para compreender a ideologia presente nas representações formuladas pelos *operários da construção civil* (em Brasília), torna-se necessário retomar alguns pontos discutidos anteriormente. Em primeiro lugar, é necessário admitir a existência de ideologias diferenciadas, ou seja, uma ideologia dominante (com diferentes matizes) e ideologias dominadas (das classes subalternas). A primeira desempenha um papel mistificador, apresentando a realidade social de forma unitária e universal. A segunda corresponde ao grau de desenvolvimento de uma determinada formação social e do conjunto de experiências de luta da classe trabalhadora, ou seja, seu nível de mobilização e organização numa dada conjuntura.

No caso do setor operário da construção civil, o processo de formação de sua consciência de classe (ideologia proletária) está vinculada à forma de inserção no processo produtivo e à experiência de luta contra a exploração capitalista, acumulada neste setor operário. Neste caso, os movimentos grevistas da construção civil representam o momento de afirmação de uma *nova prática*, pois colocam os trabalhadores em confronto com os proprietários, agentes fundamentais do processo de acumulação capitalista. Nestas condições, pode-se perceber a presença de uma ideologia dominada que representa a estrutura social de maneira adequada, pois colo-

ca em pauta suas contradições, afirmando o antagonismo entre as partes.

No cotidiano de trabalho, os operários estão sujeitos a uma visão fragmentária do processo produtivo, dada a forma de revezamento em diferentes etapas da obra, peculiar ao caráter manufatureiro da produção. Além disso, a condição espoliativa de trabalho provoca, a princípio reações emocionais individualizadas, tais como brigas e discussões com os fiscais da produção. A partir daí, aliás, como já destaquei em outra parte, a propósito de análise de CELSO FREDERICO (SOUSA; 1980a:32), os diferentes momentos e graus de consciência dos trabalhadores revelam formas mais efetivas de resistência: a *sabotagem* (serviço mal feito), a *operação tartaruga* (contra abusos), o *quebra-quebra* (contra a má qualidade das refeições) e finalmente, a *greve*. Nesta última, os trabalhadores se unem em torno de suas reivindicações, numa manifestação coletiva de descontentamento e pressão, buscando melhores condições de vida e trabalho (SOUSA; 1980 b: 26). Entretanto, a presença de trabalhadores de origem rural recente, ou ainda vinculados a uma situação espoliativa no campo, juntamente com a alta rotatividade deste setor industrial e a ausência de instrumentos de defesa representativos da categoria, resultam em poucas oportunidades para o exercício de uma prática nova. Todavia, as recentes manifestações indicam o surgimento de certa consciência que já se manifesta, embrionariamente, nas representações elaboradas pelos trabalhadores sobre suas relações de trabalho. O "peso" e o "perigo" do pro-

cesso de trabalho, presentes no discurso operário, revelam condições reais às quais são forçadas a se sujeitar. As representações feitas sobre o engenheiro, o mestre, o apontador e o encarregado, retratam-nos como fiscais da produção, "mandados" pela direção da firma. O trabalho deles é considerado "leve", devido à escolaridade (engenheiro) ou à posição hierárquica no processo de trabalho (mestre e encarregado). Quanto ao encarregado, admitem gozar de certo poder de barganha, pois a produtividade depende também de seu relacionamento com os operários. Há várias maneiras de boicotar a produção ("nó cego", "operação tartaruga", "sabotagem" etc.) e o encarregado é pressionado a manter uma postura mais flexível com os trabalhadores. Porém, todos eles dão suporte ao esquema de dominação/subordinação, através do controle rígido do produto do trabalho e das alternativas de intimidação de que dispõem, tais como o "corte de horas", o "erro no pagamento", dentre outras.

Por outro lado, as exigências das longas jornadas, ampliadas através de "serões" e "viradas" e mesmo as "tarefas" resultando em grande esgotamento físico, tornaram-se uma prática institucionalizada, apoiada nos baixos salários pagos aos operários. No discurso, suas representações destacam aspectos reais:

Virada: "Eu faço virada, por exemplo, noutro dia tô pra morrer. Todo doído, todo quebrado". "É o que mais prejudica o operário".

Serão: "Bom prá firma, eu acho que é mais de interesse da firma do que pro trabalhado. Eu pelo menos num gosto de trabalhá em

serão. É muito cansativo, quando chega o horário da gente trabalhá, tá quase todo mundo cansado, esgotado, então se mata e num faz nada”.

Tarefa: “Um serviço que um cara faz por hora, faz, gasta uns três dias ou quatro. E por tarefa, produção, faz num dia. Esses três dias faz num dia, num só” (SOU-SA; 1978: *passim*).

Certamente, o discurso dos trabalhadores não é algo homogêneo e coeso. Há elementos contraditórios que mesclam os depoimentos, revelando a presença de sentimentos e valores não referentes à situação de classe operária. No caso das *greves dos operários da construção civil*, as representações são bastante controversas:

“Na época da Revolução teve muita greve. Aquilo estraga a situação da gente, em vez de melhorá faz é piorá. Para tudo, num tem progresso, só vai desarcerçando”.

“Era mais o salário porque o salário era realmente muito pequeno. Quando eles queriam uma coisa que os homem num dava, então, ia pro sindicato, fazia pressão e fazia greve. Era greve, de quinze em quinze dias tinha greve, barrava tudo, pregava portão de obra, pregava tudo. (...) Enquanto num entrava o salário num largava não, se num dava aumento (...) Conseguiam, conseguiam tudinho, se num conseguisse ficava parado direto e isso prejudica é a firma”.

“Num tá havendo greve agora por causa do regime, né. Antigamente era uma baderna. O pessoal só quer bagunçar o coreto mesmo, né. (...) Tem pessoal que quando vêem uma confusão grande, então eles num querem nem saber, o que querem é chegar ali prá participar, né”. (SOU-SA; 1978: *passim*).

Esta diversidade de interpretações revela a presença de elementos do discurso dominante, no sentido de ocultar o real significado dos movimentos grevistas para os trabalhadores.

No caso das representações sobre o *governo*, fica mais claro o papel de elementos desse discurso na elaboração feita pelos trabalhadores. De modo geral, JUSCELINO KUBITSCHEK é visto como o “benfeitor”, responsável pela construção de Brasília; JÂNIO QUADROS é lembrado com imagens de desemprego e fome; JOÃO GULART envolve uma combinação contraditória de greves por salário e desemprego, baderna e comunismo. Quanto aos governos autoritários, as representações sobre segurança, progresso e repressão configuram um discurso homogêneo para as diferentes gestões governamentais, revelando certo desconhecimento, por parte dos trabalhadores, quanto aos presidentes militares.

Este imaginário dos trabalhadores da construção civil formulado através de um discurso contraditório, revela a presença de um “*espaço operário*” dentro do marco da ideologia dominante. Este espaço tende a se ampliar à medida que se desenvolvem as lutas proletárias contra a exploração vigente

neste setor industrial. Este processo de luta econômica por melhores condições de vida e trabalho pode se transformar em luta política, por uma sociedade igualitária e justa. Esta trajetória corresponde ao processo de formação da consciência de classe junto aos trabalhadores da construção civil, que, sem dúvida, será fortalecida através da contribuição da teoria marxista. São as

condições objetivas e subjetivas de desenvolvimento desta consciência que definirão formas concretas de luta que possam atingir a passagem do plano econômico ao político. Ou seja, a formação de uma ideologia socialista junto aos trabalhadores dependerá, fundamentalmente, do nível de desenvolvimento da estrutura econômica e da maturidade ideológica presente neste setor operário.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTHUSSER, L. e BALIBAR E.. **Para leer el capital**. Ediciones Siglo XXI, México, 1969.

_____. **Análise crítica da teoria marxista**. Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

ALTHUSSER, L. et alii. **Polêmica sobre marxismo y humanismo**. Ediciones Siglo XXI, México, 1968.

CERQUEIRA FILHO, Gisalio. **Reflexões em torno de uma teoria do discurso político**. Edições Achimié/Socii, Rio de Janeiro, 1979.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978 a.

_____. **Crítica e Ideologia**. Caderno SEAF, Ano 1, nº 1, agosto/1978 b.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. Editorial Estampa, Lisboa, 1974. v.1

MARX K. e ENGELS F.. **La ideologia alemana**. Ediciones Pueblos Unidos – Ediciones Grijalbo, Uruguai-Barcelona, 1974.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Operários e política**: Estudo sobre os trabalhadores da construção civil em Brasília. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1978.

_____. As formas de resistência dos trabalhadores. Caderno Mural. **Jornal de Brasília**. Brasília, 27.01.1980 a.

- _____. Notas sobre as greves dos operários da construção civil em Brasília. **Chão**, Revista de Arquitetura, Planejamento Urbano, Desenho e Construção, Editora Tridimensional, nº 8, Rio de Janeiro, 1980 b.
- VÁZQUEZ, Adolfo S.. **Ciência e revolução**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- VOLOSINCV, V. N.. **Marxism and the philosophy of language**. Seminar Press, Nova York, 1973.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.